

Indústria tem R\$ 10 bilhões para modernizar ensino profissional

Sérgio Adeodato

Para fazer frente às transformações do mercado que geram novas exigências e requisitos básicos à força de trabalho, o setor industrial está investindo R\$ 10,5 bilhões para modernizar a educação profissional e ampliar em 30% as vagas nos cursos de nível técnico e superior da rede que envolve o Sesi e o Senai. "O país está diante de escolhas que vão definir o seu futuro, e a educação é uma peça-chave", afirma Rafael Lucchesi, diretor de operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Inovação, sustentabilidade, segurança no trabalho, gestão da qualidade, inclusão digital - são diversos os paradigmas emergentes que aumentam a complexidade na formação de mão de obra", completa Lucchesi, ao explicar o que motivou a instituição a criar o programa Educação para a Nova Indústria, com ações para o triênio 2007-2010.

A iniciativa, voltada para garantir a competitividade industrial, é um dos pilares da agenda estratégica, definida pela CNI para o período 2007-2015, com foco no desenvolvimento sustentável mediante agregação de valor e inovação. Até o fim de 2010, em comparação com três anos atrás, o país deverá ter uma demanda adicional de cerca de 400 mil técnicos, em consequência do aquecimento da economia, de acordo com estimativa da CNI. "Mas toda vez que o país cresce 4% ou 5% por um período mais longo, cria-se uma grande dificuldade para encontrar mão de obra qualificada, o que limita a expansão econômica", adverte Lucchesi.

A tendência, no entanto, é a contratação de recursos humanos com maior escolaridade. Nos EUA e Europa, a média da escolaridade dos trabalhadores é de 12 anos. Na Coreia do Sul, dez anos. No Brasil, a força de trabalho frequentou a escola, em média, por apenas cinco anos. "O problema é que, em contraposição, a indústria brasileira está contratando profissionais com escolaridade média de 11 anos, igual à do Japão", informa o diretor. "A defasagem indica que há vagas em aberto por falta de trabalhadores qualificados."

O quadro espelha a falta de investimento público em educação. Enquanto os países da OCDE investem 6% do PIB no setor, o Brasil aplica 5%. Como resultado, apenas 14% dos jovens com idade para ter concluído o ensino médio efetivamente receberam o diploma. Na Coreia do Sul, esse número é de 55%; na China, 45% e, na Índia, 26%. "Entre outras razões, esse cenário explica por que é importante o setor industrial, apesar de pagar tributos, investir no sistema educacional próprio", diz Lucchesi. É também uma questão estratégica: a qualificação das pessoas - no fim das contas, o motor que sustenta os negócios - não pode, na visão do setor industrial, depender de ciclos políticos e correr o risco da descontinuidade.

A meta da CNI é promover a conclusão do ensino fundamental de 40% da força de trabalho da indústria, no total de 1 milhão de trabalhadores e também de seus dependentes - cerca de 600 mil jovens e adultos. Além disso, espera-se que seja atendida 30% da demanda para a formação de nível médio nas indústrias. Hoje são realizadas 2 milhões de matrículas por ano nos cursos técnicos e de nível superior, com plano de expansão. Desde o início do programa, foram aplicados mais R\$ 57 milhões no desenvolvimento pessoal, com a formação de professores, técnicos e gestores. "Precisamos de competência técnica mais sólida, maior número de cursos técnicos e carga horária ampliada", destaca Lucchesi. Estão previstas também iniciativas para a reformulação das metodologias de ensino e conteúdos educacionais, além do reaparelhamento da infraestrutura.

"O programa é transformador, porque está sustentado nas demandas da indústria", avalia Regina Torres, diretora de operações do Senai Nacional. É forte a tendência de interiorização da produção industrial, com a formação de novos polos de desenvolvimento. Para chegar às novas regiões industriais, a instituição sai dos próprios muros, criando mecanismos mais flexíveis e móveis para o atendimento longe das capitais.

É o caso das atividades de qualificação realizadas dentro das indústrias ou então sobre quatro rodas, a bordo de veículos que chegam a lugares mais remotos. Nos últimos dois anos, foram abertas mais de 124 mil vagas, nesse modelo. Em Goiás, o sistema funciona para a indústria

de alimentos. No Rio, tem se mostrado eficiente na para a indústria de petróleo e gás. "É essencial a cobertura abrangente, em todo o território nacional", ressalta Torres.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 3 fev. 2010, Educação, p. 9.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais